

CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS PARA A EXTENSÃO A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO COMMUNITY-SUPPORTED AGRICULTURE NO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS-MG

*Daniel Calbino¹
Angelina Moreira Melo
Alair Ferreira de Freitas*

RESUMO

O presente relato de experiência teve por objetivo geral analisar a metodologia utilizada pelos extensionistas na implementação do modelo *Community-Supported Agriculture* (CSA) em uma horta comunitária de Sete Lagoas. O projeto de extensão surgiu a partir da demanda dos produtores ao apontarem o escoamento da produção como um problema frequente. Assim, a CSA se apresentou como uma alternativa de comercialização que aproxima o consumidor do produtor através de um comércio justo, baseado nas vendas semanais de cestas de produtos agroecológicos. Neste contexto, foram analisadas as ações utilizadas pelos extensionistas, que buscaram construir métodos participativos com base na realidade e interesse dos produtores. A autonomia conferida aos sujeitos foi tida como um ponto central da metodologia, que apesar dos desafios, trouxeram contribuições significativas aos retornos econômicos, sociais e culturais dos envolvidos.

Palavras-chave: Extensão Rural. Comunidade que Sustenta a Agricultura. Autonomia. Atividades Extensionistas. Metodologia.

METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS TO EXTENSION FROM THE IMPLEMENTATION OF THE COMMUNITY-SUPPORTED AGRICULTURE MODEL IN THE MUNICIPALITY OF SETE LAGOAS-MG

ABSTRACT

The objective of the experience report work was to analyze the methodology used by the extension agents in the implementation of the CSA model in a community garden of Sete Lagoas. The extension project emerged from the demand of producers when they pointed to the flow of production as a frequent problem. Thus, the CSA presented itself as a marketing alternative that approximates the consumer of the producer through a fair trade, based on the weekly sales of baskets of agroecological products. In this context, the actions used by the extension agents, who sought to construct participatory methods based on the

¹ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Administração pela UFMG. Graduado em Administração pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Atualmente é docente Adjunto da UFSJ, Campus Sete Lagoas. Contato: dcalbino@ufs.edu.br

reality and interest of the producers, were analyzed. The autonomy given to the subjects was taken as a central point of the methodology, which despite the challenges, brought significant contributions to the economic, social and cultural returns of those involved.

Keywords: Rural extension. Community Supporting Agriculture. Autonomy. Extension Activities. Methodology.

CONTRIBUCIONES METODOLÓGICAS EN LA EXTENSIÓN A PARTIR DE LA IMPLEMENTACIÓN DEL MODELO AGRICULTURA APOYADA POR LA COMUNIDAD EN EL MUNICIPIO DE SETE LAGOAS-MG

RESUMEN

El presente informe de experiencia tuvo por objetivo general analizar la metodología utilizada por los extensionistas en la implementación del modelo CSA en una huerta comunitaria de Sete Lagoas. El proyecto de extensión surgió a partir de la demanda de los productores al apuntar el flujo de la producción como un problema frecuente. Así, la CSA se presentó como una alternativa de comercialización que aproxima al consumidor del productor a través de un comercio justo, basado en las ventas semanales de cestas de productos agroecológicos. En este contexto, se analizaron las acciones utilizadas por los extensionistas, que buscaron construir métodos participativos con base en la realidad e interés de los productores. La autonomía conferida a los sujetos fue considerada como un punto central de la metodología, que a pesar de los desafíos, aportó contribuciones significativas a los retornos económicos, sociales y culturales de los involucrados.

Palabras clave: Extensión Rural. Comunidad que sostiene la agricultura. Autonomía. Actividades Extensionistas. Metodología.

INTRODUÇÃO

As hortas comunitárias de Sete Lagoas são um exemplo de políticas públicas efetivas na agricultura urbana. A criação das hortas como política pública foi estabelecida a partir de 1982, por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, Emater-MG e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As hortas surgiram com o intuito de amenizar os problemas da urbanização acelerada, que não veio acompanhada da geração de empregos ([CARVALHO et al., 2009](#)). Desde então, as hortas comunitárias têm servido como uma alternativa de ocupação, geração de renda e produção de alimentos agroecológicos para a comunidade local.

A cidade de Sete Lagoas possui sete hortas comunitárias, beneficiando em média 350 famílias envolvidas na produção. As famílias estão organizadas em associações, a primeira associação foi fundada há 14 anos na horta Vapabuçu que possui em média 100 produtores², se caracterizando como a maior horta do município. No desenvolvimento das atividades técnicas e sociais, os produtores contam com o apoio da Prefeitura, Emater e

² No termo “produtores” é importante que se leia produtores e produtoras.

Universidade Federal de São João Del Rei que atuam com pesquisas e atividades de extensão.

Quanto à organização estrutural das hortas comunitárias, em uma mesma área de produção, os produtores são alojados em quadras que possuem uma média de 360 metros quadrados ([PAULA, 2011](#)). A organização para os processos de plantio/semeadura, tratos culturais, colheita e comercialização é feito de forma individualizada. Por definição da prefeitura, a produção nas hortas deve ser livre de produtos químicos, caracterizando-se como agroecológica.

Apesar da relevância econômica, histórica e social das hortas comunitárias, elas enfrentam desafios. Uma pesquisa realizada pela [UFSJ \(2014\)](#), em parceria com a prefeitura de Sete Lagoas, identificou que 47,3% dos produtores das hortas comunitárias possuíam grandes perdas na produção. Além disso, a mesma pesquisa identificou que 79% dos produtores comercializavam seus produtos apenas na própria horta e, destes, somente 24,5% utilizavam de estratégias de vendas a domicílio e/ou em 19,7% em feiras na cidade ([ANDRADE et al., 2015](#)).

No intuito de contribuir para o enfrentamento dos desafios apontados pelos produtores, a Universidade Federal de São João Del Rei em parceria com a Prefeitura Municipal, propôs a implementação de uma nova forma de comercialização, a partir do modelo *Community-Supported Agriculture* (CSA). Trata-se de um formato de comercialização direta entre produtor-consumidor, através de um mercado alternativo, baseado na confiança. Os produtores se comprometem a entregar semanalmente cestas com alimentos produzidos de forma agroecológica, sem agrotóxicos, e com a participação dos consumidores financiando a produção. ([CASTELO BRANCO et al., 2011](#); [CSA BRASIL, 2017](#)).

Conceitualmente [Wells e Gradwell \(2001, p.1\)](#) definem a CSA como “uma parceria entre produtores e membros da comunidade, trabalhando juntos para criar um sistema de produção alimentar local”. Os produtores produzem vegetais, frutas, carnes, etc., que comercializam diretamente para os membros da comunidade local. O modelo difere das relações de vendas tradicionais, pois os consumidores compartilham dos riscos da produção. Com este suporte, podem concentrar na qualidade da produção e no cuidado da terra. Em contrapartida, os membros conhecem de onde vêm os produtores, como são plantados e quem os produz, estabelecendo-se assim, uma conexão entre produtores e membros da comunidade.

Pode-se considerar, ainda, que a CSA tem um grande potencial de alavancar a economia local e dar seguridade para os produtores em pequena escala, com diretrizes básicas de reconectar a produção ao consumo, aproximando o agricultor a grupos de famílias, geralmente, dentro de uma área urbana da mesma região ([ECKERT, 2016](#)).

Neste sentido, o presente relato de experiência tem por objetivo analisar a metodologia utilizada pelos pesquisadores no processo de implementação do modelo CSA na horta comunitária Vapabuçu, localizada no bairro Vapabuçu da cidade de Sete Lagoas-MG. A proposta desse relato visa trazer contribuições para às práticas extensionistas ao abordar uma experiência, cujo tema ainda é recente no Brasil, mas que se encontra em crescimento³.

³ A primeira experiência de CSA no Brasil foi em 2011 na cidade de Botucatu-SP. Atualmente, as CSA se espalharam pelo país, estando presente em todas as regiões brasileiras.

METODOLOGIA

No que se refere aos processos organizacionais que deram início à implementação do modelo CSA na horta Vapabuçu, a primeira etapa aconteceu na SIT⁴ (8ª Semana de Integração Tecnológica) da Embrapa Milho e Sorgo, a partir de uma oficina de Concertação⁵, promovida pelo grupo GUAYI-CVT⁶, nas dependências da UFSJ-CSL (Universidade Federal de São João del Rei – Campus Sete Lagoas), no dia 27 de maio de 2015. O evento teve a participação dos produtores das hortas comunitárias do município, docentes e discentes da instituição, pesquisadores da Embrapa milho e Sorgo, e da prefeitura de Sete Lagoas. Dentre as atividades propostas pelo evento, uma delas referiu-se ao levantamento por parte dos produtores de quais eram os limites e desafios enfrentados por eles, sendo que de forma sucinta, relataram desafios nas áreas técnicas de produção, relações interpessoais e de comercialização de produtos.

Feitas as considerações sobre os desafios a serem superados, os pesquisadores envolvidos no projeto apresentaram uma nova forma de comercialização, que se iniciou em 2011, em algumas regiões do Brasil, denominada de CSA.

A escolha deste formato foi justificada para os produtores em virtude do potencial que estabelecia em contrapor os modelos tradicionais de comercialização e criar uma rede que integrasse os elos da cadeia produtiva.

Em seguida, apresentaram-se as relações da CSA e de seus fundamentos com a produção agroecológica, comercialização com preços justos, a busca pela diversificação da produção com consumo local, o potencial na criação e fortalecimento de relações de ajuda mútua, e da gestão democrática ([URGENCI, 2017](#); [ATANASOAI, 2011](#)). Portanto, não se tratava apenas de criar um canal de escoamento da produção, mas da construção social de um sistema agroalimentar local e colaborativo, baseado na interação direta e solidária entre produtores e consumidores.

Interessados pela proposta de trabalho, os produtores da horta Vapabuçu comprometeram-se em realizar a primeira reunião para a discussão entre os demais. No entanto, com as dificuldades de articulação coletiva local, a primeira reunião só aconteceu três meses depois, no dia 26 de agosto de 2015. Para que esta reunião acontecesse, vale ressaltar, houve a centralidade de um produtor, que organizou e convidou todos os outros produtores da horta Vapabuçu. A reunião aconteceu nas dependências da horta, contou com a participação de 30 produtores e consistiu em uma apresentação do modelo CSA pelos pesquisadores (Figura 1).

⁴ A Semana de Integração Tecnológica (SIT) é um evento que tem como objetivo valorizar e promover o diálogo e a troca de experiências entre os diferentes segmentos do setor agropecuário.

⁵ A oficina de concertação abordou o tema de: “compartilhando conquistas, saberes e sabores”. A oficina inclui uma visita técnica à Fazenda Vista Alegre, em Capim Branco-MG. No retorno a Sete Lagoas, uma visita à Vitrine Tecnológica, na Embrapa Milho e Sorgo. À tarde, realizou-se a palestra sobre economia solidária e troca de experiências entre agricultores nas dependências da UFSJ-CSL. Onde houve o apontamento por parte dos produtores dos limites e desafios enfrentados por eles.

⁶ GUAYI (no tupi-guarani significa “Semente Boa”) - Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia e Produção Orgânica de Minas Gerais (CVT). O Guayi é um grupo de estudos em Agroecologia da UFSJ-CSL que atua como CVT.

Figura 1. Primeira reunião junto aos produtores para a implementação do modelo CSA



Fonte: Registrado pelos autores, 2015.

Ainda nesta primeira reunião, produtores e pesquisadores tiveram a oportunidade de iniciar o diálogo sobre as condições e ações necessárias para solucionar seus problemas e implantarem uma CSA. Buscando sistematizar os próximos passos do grupo de produtores da horta, foi construída uma lista dos desafios iniciais, sendo eles:

1. Mapeamento da produção de todos os produtores que irão entregar as cestas e da lista de produtos a serem oferecidos.
2. Quantidade de itens que irão compor as cestas.
3. Definição do preço e formato de cesta.
4. Captação de clientes.
5. Entrega das cestas (em domicílio ou se os clientes teriam que ir buscar na horta);
6. Forma de pagamento (em dinheiro ou depósito, realizada antecipadamente ou no final do mês).
7. Modo de confecção das cestas (confeccionadas em grupo ou individualmente).
8. Formas de embalagem e armazenamento das cestas.
9. Se a cesta fosse entregue, como seria o transporte.
10. Melhor dia e horário para entrega das cestas.
11. Reuniões para discussão do gerenciamento do projeto (sendo elas semanais ou mensais).

Esses tópicos foram levantamentos oriundos das discussões, exclusivamente, dos produtores, no qual deram início ao debate para a resolução do seu gerenciamento. É importante ressaltar que neste primeiro momento, os produtores discutiram sem realizar qualquer tipo de anotação, mas verbalmente listavam os desafios que eles julgavam importantes. Ao final da primeira reunião, se comprometeram a realizar o mapeamento da produção com o auxílio dos pesquisadores, e marcaram outro encontro para dar continuidade às discussões.

A segunda reunião para implementação da CSA aconteceu no dia 02 de setembro de 2015. Além da presença dos produtores locais e dos pesquisadores da UFSJ-CSL, estiveram presentes também extensionistas da Emater-MG e da prefeitura municipal. Na ocasião foram apresentados os produtores interessados em aderir ao modelo e a lista de possíveis produtos a serem ofertados. Nesse contexto, foi também apresentado pelos extensionistas uma relação de docentes e discentes da UFSJ-CSL interessados em receber as cestas. Entretanto, devido ao extensivo diálogo realizado nesta reunião, não foi possível concluir a estruturação da CSA. Assim, uma terceira reunião foi realizada no dia 09 de setembro de 2015.

Na última reunião antes da implementação da CSA, os produtores optaram por definirem entre si como seria a estrutura do projeto e confiaram que na primeira entrega das cestas e nas demais, mais produtores iriam se juntar ao grupo. A seguir, são apresentadas as decisões tomadas pelos participantes, na estruturação da CSA e resolução dos desafios iniciais.

1. A partir do mapeamento da produção foi elaborado uma lista com mais de 30 produtos entre folhosas e leguminosas que seriam oferecidos nas cestas.
2. Os produtores definiram que a cesta seria composta por 8 itens, sendo 4 folhosas e 4 raízes tuberosas, tubérculos e bulbos que os consumidores poderiam escolher e receber semanalmente.
3. Após incluir todos os gastos de produção e entrega, os produtores definiram que as cestas teriam dois formatos, sendo eles: Cesta M no valor de R\$ 100,00 e a Cesta P R\$ 80,00 por mês. Em ambos os formatos teriam 8 produtos, porém a diferença seria o tamanho dos mesmos.
4. Os primeiros consumidores foram os docentes e discentes da UFSJ-CSL, funcionários da Emater-MG e Embrapa Milho e Sorgo. No decorrer do projeto os produtores ficaram responsáveis por continuar a divulgação e captação de mais consumidores na própria cidade.
5. O contato com o cliente seria feito pelo próprio produtor através de ligação ou conversas por aplicativo de comunicação no formato de texto.
6. Definiram que as cestas seriam entregues no próprio endereço do consumidor.
7. O pagamento ficou definido como sendo em dinheiro e ao final do mês (após a entrega de 4 cestas).
8. As cestas seriam confeccionadas individualmente, mas utilizando-se da troca de produtos entre os produtores, para que pudessem atender a diversidade de 30 produtos listados anteriormente.
9. As embalagens foram deliberadas pelo saco plástico transparente.
10. Optaram por realizarem as entregas semanais toda quinta-feira a partir de 13h30min.
11. Optaram por se reunirem semanalmente às quartas-feiras, 10 horas da manhã, nas dependências da horta Vapabuçu, para realizar as reuniões de gerenciamento do projeto.
12. A primeira entrega foi realizada dia 17 de setembro de 2015 em veículo de um dos produtores que cobrava uma taxa R\$ 3,00 por cesta.

Figura 2. O formato da cesta e alguns dos produtos que a compõem



Fonte: Registrado pelos autores, 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a proposta inicial, de implementação da CSA, os produtores tiveram um papel central no gerenciamento dos processos organizacionais, na qual todas as decisões foram tomadas por eles. Os pesquisadores da UFSJ, apesar de presentes nas reuniões, buscavam o mínimo de interferência, trazendo apenas algumas questões para a discussão, com o intuito de fomentar a autonomia e o gerenciamento dos processos organizacionais pelos próprios produtores.

A metodologia utilizada pode ser caracterizada como uma observação participante, definida por [Fals Borda \(1981, p. 32\)](#) como “uma pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo que responde especialmente às necessidades de populações, levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir”. Além disso, “é uma metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo, a partir das bases populares”.

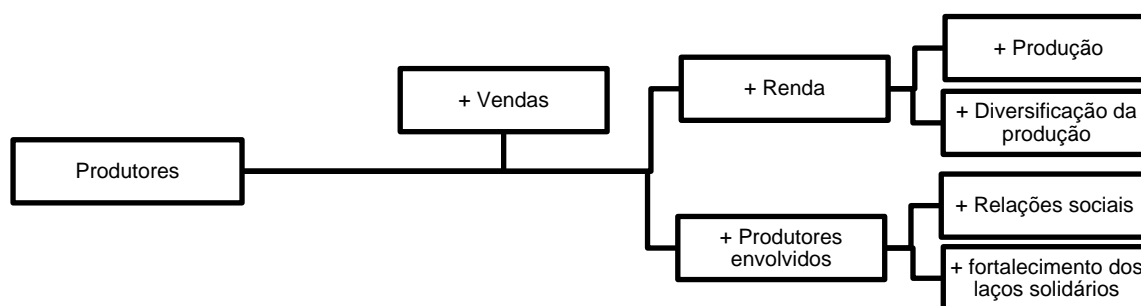
Assim, a interferência mínima na observação, por parte dos pesquisadores, fazia parte de uma construção metodológica para situar o produtor no centro do debate. Tendo em vista a importância de envolver os produtores como participantes ativos na construção do projeto. Assim, os conhecimentos locais e a capacidade do produtor têm o seu papel e importância ([GUIVANT, 1997](#)).

Com dois anos de existência, o projeto trouxe significativas contribuições, a começar pelos retornos financeiros. Isto ocorreu, pois, ao assegurar para os produtores a venda semanal da produção, os mesmos reduziram as perdas e deixaram de comercializar com atravessadores, que pagavam preços mais baixos. Ademais, ao construir a formação de um preço justo entre consumidores e produtores, os valores das cestas eram maiores do que quando vendiam os produtos avulsos na própria horta.

Dessa forma, deve-se considerar também às contribuições para a ampliação da diversidade produtiva, ao ter a garantia de que os consumidores previamente estabeleciam seus gostos e desejos por produtos que iriam consumir se produzidos. Deste modo, registrou-se no desenvolvimento do projeto a ampliação da diversidade produtiva em grande parte dos produtores envolvidos.

Além do âmbito econômico e da diversificação na produção, a implementação da CSA na horta Vapabuçu contribuiu no estreitamento dos laços solidários, ao aproximar os produtores por meio das trocas de mercadorias, bem como, a construção da relação de confiança. Observou-se ainda, que as reuniões de caráter semanal, também fortaleceram a aproximação social, já que tinham que estar unidos para deliberarem coletivamente sobre a gestão da CSA. Neste sentido, o esquema mostrado na Figura 3 apresenta breve sinopse dos resultados que foram proporcionados aos produtores a partir da implementação da CSA⁷.

Figura 3. Modelo de representação de alguns dos resultados da CSA na horta Vapabuçu



Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

É importante salientar que o termo “+ vendas” está estruturado no fluxograma como um apêndice, pois o mesmo contribuiu, significativamente, para o desencadeamento dos outros resultados presentes no fluxograma. Acredita-se, que os resultados positivos identificados ao longo do projeto, merecem um paralelo com a metodologia utilizada pelos pesquisadores. Neste sentido, um ponto central da metodologia foi buscar compreender as demandas e soluções do grupo pelos próprios produtores em interação com os pesquisadores. Para tanto, a identificação das demandas apontadas pelos produtores (dificuldades de comercialização) só teve sentido enquanto um problema, porque partiu de suas próprias necessidades, registrada tanto da pesquisa da UFSJ em 2014, quanto no evento acadêmico no ano de 2015, visto anteriormente. Da mesma forma, a solução utilizada por meio da CSA só se consolidou porque foi discutida, aceita e ressignificada pelos produtores.

Nessa inserção, [Calbino et al. \(2017\)](#) apontam que caso o extensionista proceda a partir do pressuposto de que já sabe qual é o problema do produtor, mas não se certifica de poder estar equivocado, incorre-se no risco de se fazer o que se chama de “insistência técnica”. A insistência técnica, segundo os autores, trata-se de um esforço do extensionista em convencer os produtores a adotar um conjunto de “soluções” que supostamente irão sanar os problemas levantados unicamente pelo extensionista. No entanto, pelo fato de não ser naquele momento uma demanda para o produtor, a questão possivelmente incorre de ser ignorada, ou implementada parcialmente.

⁷ É válido observar, no entanto, que estes resultados não serão aprofundados no presente trabalho, já que o mesmo não é o escopo central do estudo, bem como, será contemplado em outras publicações.

Uma segunda dimensão que merece relevância tratou-se da mobilização dos interessados na implementação da CSA, registrada por uma ação que partiu dos próprios produtores. Conforme visto, após o diagnóstico da demanda e o conhecimento do modelo CSA, os próprios produtores se estruturaram no intuito de convidarem os demais interessados em implementar a proposta. Este processo foi marcado também por uma ruptura na centralidade de uma figura, de modo que os extensionistas não buscaram apontar líderes e nem tentaram se intitular nesta posição. Partiu-se do pressuposto de que o projeto era de todos, logo, todos teriam o mesmo comprometimento no desenvolvimento das atividades, assumindo o papel de detentores do projeto. Essa proposta se alinha ao que podemos chamar, inspirados nos ensinamentos de [Paulo Freire \(1992\)](#) (pode-se citar algumas de suas obras, por exemplo, “extensão ou comunicação”), como pedagogia crítica da ação extensionista, consubstanciando a prática da intervenção como processo dialógico, rompendo com posturas hierárquicas e prepotentes do técnico extensionista em relação ao agricultor.

Em similaridade, [Calbino et al. \(2017\)](#) apontam que o tradicional incentivo do extensionista em “criar” e formalizar lideranças, como um exemplo de captação e melhorias na articulação do grupo, tende a facilitar a reprodução da relação patriarcal manifesta em “donos” das associações. Para os autores, o discurso de liderança, assinala uma concepção tradicional tratada em interconexão com a administração, em que o líder tem o poder de decidir e agir pelos demais, levando em consideração a confiança e o respeito que possui. No entanto, no caso das organizações agroecológicas, o termo liderança parece se aproximar mais de uma lógica solidária compartilhada, definindo-a não como uma competência do indivíduo, mas do coletivo. A liderança compartilhada pode ocorrer quando todos participam das atividades e cargos dentro do grupo, descentralizando os saberes, nivelando o conhecimento necessário para a execução do trabalho e buscando facilitar a comunicação e o consenso.

Uma terceira questão metodológica central tratou-se da importância dada pelas reuniões para o gerenciamento coletivo do projeto e os cuidados na atuação dos pesquisadores. As participações dos pesquisadores foram marcadas por pequenas falas e poucas interrupções. O mínimo de interferência permitiu que os produtores expressassem suas opiniões, e coletivamente buscassem soluções para os desafios. Esse comportamento permitiu que os produtores adquirissem independência e visualizassem o projeto como sendo deles. Um fato marcante ocorreu quando os produtores foram indagados por um vereador sobre quem era o dono do projeto. Na ocasião os mesmos assumiram a seguinte fala: “Foi o pessoal da Universidade que trouxe esse projeto pra cá. Mas, o projeto é nosso, somos nós que trabalhamos nele” (Trechos extraídos de uma das reuniões semanais, 2016).

Quanto à organização das reuniões, a metodologia utilizada pelos pesquisadores foi assegurar que os produtores fossem os próprios condutores das reuniões. Assim, alguns aspectos foram observados: em alguns momentos todos os produtores começavam a conversar paralelamente em grupos. Inicialmente isto parecia uma desordem, uma ineficiência gerencial, segundo os moldes formais das reuniões tradicionais. No entanto, com o tempo observou-se que fazia parte não só da forma com a qual estão habituados a se organizarem, como também contribuía para o processo de circulação de informações e tomadas de decisões do grupo. Há exemplo, em seguida aos debates não uniformizados, os mesmos traziam as discussões para o grupo, resultando em decisões coletivas.

Neste sentido, [Calbino et al. \(2017\)](#) apontam que um traço característico das organizações tradicionais é visualizarem as reuniões de maneira eficiente quando todos os envolvidos deliberam rapidamente os assuntos e finalizam os pontos, delimitando claramente as funções e ou compromissos dos envolvidos. Tal pressuposto faz sentido em uma sociedade que visa a produtividade (mais em menos tempo) como uma dimensão que rege o conceito de eficiência. No entanto, no contexto da agroecologia, a lógica dos seus valores e de seus princípios transcende a eficiência estritamente econômica, e coloca as atividades de extensão como uma premissa que busca adequar-se à realidade e objetivos dos produtores ([MELO; CALBINO, 2017](#)).

Assim, para os autores, nas reuniões de produtores a participação dos pesquisadores e extensionistas não precisa ser de um mediador de “conflitos” ou delegado da ordem. Há que se questionar, inclusive, quais são os objetivos de uma reunião de produtores? No contexto agroecológico, ao se estruturarem em uma lógica solidária, as reuniões não precisam prezar pelo tempo, se o suposto atraso trouxer um longo processo formativo para o grupo, fortalecerem os laços envolvidos, contribuir para o aumento da confiança entre os participantes.

Por fim, deve-se considerar o próprio conceito de “erro” na visão extensionista, e a sua decisão de intervir assiduamente ou respeitar o que é deliberado pelo coletivo de produtores. Há exemplo, na reunião realizada dia 26 de agosto de 2015 os pesquisadores apresentaram a CSA para os produtores, destacando a importância do pagamento adiantado por parte dos consumidores, o que garantiria o financiamento da produção.

Porém, na reunião seguinte, ainda que tivessem observado os aspectos positivos do recebimento adiantado, os produtores definiram que o recebimento das cestas seria ao final de quatro entregas. Uma possível justificativa se baseava que naquele primeiro momento os produtores estavam receosos, com medo de não conseguirem entregar as cestas e ao receber adiantado, não honrar com um compromisso.

Um ano depois, em uma das reuniões um dos produtores retomou o tema, e disse que acreditavam terem cometido um erro, já que ao receberem no final do mês muitos consumidores atrasavam o pagamento, ou ainda em alguns casos sofriam até por inadimplência. Assim, na fala do produtor: “você trouxeram um projeto pra nós com a ideia do pagamento adiantado, agora nós estamos vendo que damos conta de entregar e que não devíamos ter mudado o projeto. Agora vai ficar difícil fazer com que todo mundo pague adiantado (trecho extraído da reunião dos produtores, 2016)”.

Essa percepção dos produtores, mesmo admitindo uma possível limitação naquele momento, ilustra a importância do fomento da autonomia ao processo de reflexão e aprendizado. Deste modo, talvez o próprio conceito de erro é uma questão que merece ser relativizada pelos extensionistas, ao compreender que todo momento é um processo contínuo de aprendizado e reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento das atividades de extensão, é sempre um desafio utilizar metodologias que se apliquem às realidades e necessidades do local onde são implementadas. No presente relato de experiência, buscou-se por meio das análises metodológicas utilizadas pelos extensionistas, na implementação do modelo *Community-Supported Agriculture* (CSA) em Sete Lagoas-MG, trazer questões que possam contribuir para a área. Neste sentido, observou-se inicialmente que tanto as hortas comunitárias em

contextos urbanos se apresentam como relevante política pública de abastecimento de alimentos agroecológicos, como também as CSA materializam uma estratégia de escoamento de produtos alimentícios que beneficiam as duas pontas da cadeia produtiva (produtores e consumidores). Os resultados desta junção foram ilustrados no relato de experiência que apontaram para os retornos econômicos, sociais e culturais gerados para os produtores envolvidos do município de Sete Lagoas.

No entanto, acredita-se que alguns métodos utilizados pelos pesquisadores contribuíram para a efetividade do resultado positivo do projeto de extensão. Assim, desenvolvemos três hipóteses que foram ilustradas nos resultados. Estas são: (i) a identificação das demandas apontadas pelos produtores (dificuldades de comercialização), e a sua solução só teve sentido enquanto um problema, que partiu das próprias necessidades dos produtores; (ii) a articulação e estruturação da CSA foi efetiva porque os próprios produtores se estruturaram no intuito de convidarem os demais interessados em implementar a proposta; e (iii) a importância dada pelas reuniões para o gerenciamento coletivo do projeto e os cuidados na atuação dos extensionistas contribuíram para uma democracia deliberativa.

O conjunto desses fatores teve como eixo orientador assegurar que os produtores fossem os precursores do projeto. Esta ação contribuiu para que o processo de autonomia por parte dos produtores fosse fortalecido. Através de cada método utilizado, dava-se um passo em direção à autoconfiança na execução das atividades, o que contribuiu para que de forma prática os produtores se sentissem detentores do projeto, e assumissem o papel de protagonistas que cabem a eles.

No entanto, ressalta-se que, ao apresentar um processo metodológico de extensão exitoso, em momento algum o trabalho teve por objetivo propor que o método relatado seja visto como uma proposta metodológica pronta, a ser replicada em qualquer contexto. A pretensão dos resultados limitou-se apenas em enfatizar algumas experiências que deram certo em determinada realidade, e que talvez possam ser ressignificadas se fizerem sentido para outras.

Submetido em 10/10/2017

Aceito em 15/11/2018

REFERÊNCIAS

[ANDRADE](#), L. A. et al. Avaliação das características técnico-produtivas das hortas comunitárias de Sete Lagoas–MG. *In*: CONGRESSO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA DA UFSJ, 13., 2015, Sete Lagoas (MG). **Anais [...]**. Sete Lagoas, 2015.

[ATANASOAIÉ](#), G. Distribution channels on the organic foods market. **JOURNAL of Horticulture, Forestry and Biotechnology**, 2011, v. 15, n. 3, p. 19-25.

[CALBINO](#), D. et al. Possíveis equívocos na condução da extensão rural na agroecologia. CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 10., 2017, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília, 2017.

CARVALHO, E.; TEIXEIRA, A.; FRANÇA E. As hortas comunitárias urbanas de Sete Lagoas-MG. CONGRESSO PAN-AMERICANO DE INCENTIVO AO CONSUMO DE FRUTAS E HORTALIÇAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, 5., 2009, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília, 2009.

CASTELO BRANCO M; LIZ, R. S.; ALCÂNTARA, F. A.; MARTINS, H. A. G.; HANSON, J. C. Agricultura apoiada pela comunidade: poderia a experiência dos agricultores americanos ser útil para os agricultores urbanos brasileiros? **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 29, p. 43-49, 2011.

COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA [CSA BRASIL]. **CSA Brasil** [homepage]. 2017. Disponível em: <http://csabrasil.org>. Acesso em: 28 dez. 2018. Título original: Community Supported Agriculture.

ECKERT, D.; MEIRA, F. B. **A mercantilização em contramovimento**: relações de reciprocidade e coesão social na agricultura sustentada pela comunidade em Minas Gerais. 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado do papel da ciência na participação popular. *In*: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-446, 1997.

MELO, A. M.; PINHEIRO, D. C. Uma discussão da eficiência na literatura da extensão rural: limites e proposições conceituais. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n. 3, p. 7-23, 2017.

PAULA, A. A. **Responsabilidade Social e reflexos na marca de uma instituição bancária**: o caso do projeto das hortas comunitárias de Sete Lagoas. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdades Integradas Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2011.

FREIRE, P. **Comunicação ou extensão**. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI [UFSJ]. **Análise do perfil socioeconômico dos produtores das hortas comunitárias de Sete Lagoas**. São João del-Rei: UFSJ, 2014. (Relatório de Pesquisa). Mimeo.

URGENCI. **The International Network for Community Supported Agriculture**. Aubagne, FR: Urgenci, 2017. Disponível em: <http://urgenci.net>. Acesso em: 28 dez. 2018.

WELLS, B.; GRADWELL, S. Gender and resource management: community supported agricultura as caring-practice. **Agriculture and Human Values**, v. 18, p. 107-119, 2001.